

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal da Tarde

Class.: Energia UHE/Sudeste

Data: 06/06/94

Pg.: 09

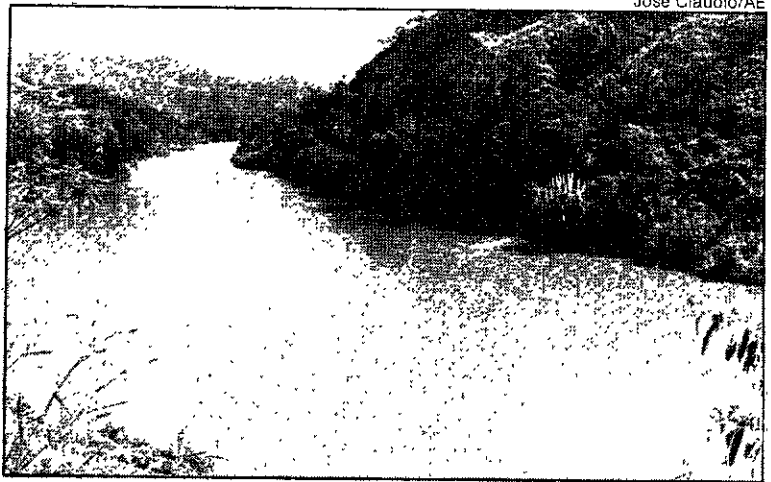
HIDRELÉTRICA

O Ribeira do Iguape e a democracia

O processo de debate do projeto de construção da barragem do senhor Antônio Ermírio de Moraes no rio Ribeira do Iguape foi vergonhoso. A Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) negou-se a realizar nova audiência pública na Capital, apesar de tratar-se de um rio interestadual que termina seu curso na região lagunar de Cananéia, área de Mata Atlântica, cujo interesse ambiental extrapola em muito os aspectos locais. É de conhecimento público a importância continental do complexo estuarino Iguape, Cananéia-Paranaguá para o equilíbrio ecológico do oceano e da zona costeira.

A audiência pública realizada na região teve a atuação de "cliques" recrutadas entre cidadãos pouco informados, atraídos pela promessa de empregos em função do empreendimento e sabe-se lá por qual tipo de idéia de progresso. Essas "cliques" estiveram também presentes na Capital, por ocasião da reunião do Conselho Estadual do Meio Ambiente. Isso facilitou as coisas para o governo estadual, que fez pouco caso dos pareceres técnicos da Cetesb e da própria SEMA, quando então, às três horas da madrugada, foi aprovada a problemática obra pela maioria dos membros do Consema. Seria bom se os órgãos do governo estadual trabalhassem até essa hora sempre que interesses realmente prioritários o necessitassem...

Esse procedimento, que atropela a exigência de suficiente discussão pública dos es-



José Cláudio/AE

Rio Ribeira do Iguape: seu interesse ambiental extrapola aspectos locais.

tudos prévios de impacto ambiental, vem se repetindo em vários casos. Quando da aprovação da estrada Carvalho Pinto, as "cliques" organizadas vaiavam os ambientalistas não os deixando falar. Recentemente, no caso da avenida Faria Lima, em São Paulo, os jornais noticiaram que os manifestantes que lotaram a audiência pública para aplaudir o projeto foram levados para lá sob promessa de um "toma lá, dá cá" por parte do governo local. Ora, é evidente que isso é uma burla, onde a manipulação da exigência democrática da discussão pública evidencia um conluio entre quem propõe a obra e quem a licencia. É obrigação do governo, através do órgão ambiental, garantir o debate civilizado e pacífico. Audiências públicas devem servir para formar opiniões, não sendo reuniões deliberativas.

O problema é o que devemos fazer, os cidadãos ambientalistas. Dizer "não brinco mais" e retirar-se dos foros estabelecidos, como o Consema, é fazer o jogo dos lobbies que nos querem "matar de cansaço".

A questão é mais complexa e está ligada aos novos desa-

fios que a democracia nos impõe. Devemos agora mobilizar a maioria. Depois de anos de autoritarismo, que foi a via política para o maior surto de devastação e poluição que nossa História registra, é natural que o aprendizado crítico da população seja lento e feito de erros e acertos. Há e haverá por muitos anos campo fértil para a demagogia e a mistificação. Numa época de crise econômica, prometer sanduíches ou empregos funciona.

Nosso problema é crescer. Fazer um discurso que chegue aos mais amplos setores da sociedade, atingindo até o mais simples e necessitado. Mostrar que nós temos a proposta de esperança e bem-estar. Articular proteção ambiental com geração de empregos e produção de alimentos, falar de saúde pública, tanto quanto de saúde dos ecossistemas. Ou fazemos isso ou estamos fadados a virarmos algum tipo de dinossauro, folclórico, pitoresco e deslocado do contexto. Se fizermos, encontraremos a energia para romper a inércia e a cumplicidade dos governos com a poluição. E poderemos aproximar a economia da ecologia.

Priscila Siqueira